

DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ENTREVISTA COM SÉRGIO LUÍS ALLEBRANDT

Cintia Neves Godoi¹

A presente entrevista se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”, que conduz entrevistas escritas e gravadas (em plataforma virtual) com destacados pesquisadores da Área de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” – Plurd – área de conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, coordenado por docentes do Programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado e do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria.

As entrevistas escritas e virtuais objetivam: a) Compreender a trajetória histórica, social, política e econômica dos debates sobre desenvolvimento; b) Analisar as variações conceituais decorrentes da interface das diversas áreas do conhecimento na constituição do discurso científico do desenvolvimento; c) Conceber aspectos constitutivos da área da Plurd e de sua condição estratégica ao acolher programas de stricto sensu de “Desenvolvimento Regional”; d) Constituir registro escrito sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional disponível ao público interessado nas questões, debates, pesquisas e conhecimentos promovidos por esta área do conhecimento.

Esta é a quarta entrevista da série “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”. O entrevistado Sérgio Luís Allebrandt - Professor Titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista Produtividade em Pesquisa N-2 do CNPq. Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC (2010), Mestre em Gestão Empresarial pela EBAPE/FGV (2001), pós-graduado em Administração Pública pelo CPGA/UFSC (1987), especialista em Contabilidade pela UNIJUÍ (1983), Licenciado em Ciências Químicas e Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1977) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências

¹ Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Sócio-fundadora eeCoo sustentabilidade. Professora Titular do Mestrado em Desenvolvimento Regional do UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria, Pesquisadora Funadesp. E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br



Administrativas, Econômicas e Contábeis de Ijuí (1979). Professor Titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Atua como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado (PPGDR/UNIJUÍ). Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), criado em 2002. Editor da Revista Científica Desenvolvimento em Questão, Editor Convidado da Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial, Editor da Coleção Gestão e Desenvolvimento da Editora UNIJUÍ; membro do Conselho Editorial do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Foi Coordenador do PPGDR/UNIJUÍ de 01/01/2019 a 31/12/2022; Coordenador da Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território do PPGDR de 2012 a 2018; Vice-reitor de Administração da Unijuí de 1990 a 1998; diretor Executivo da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) de 1978 a 1981 e de 1990 a 1998; Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional de 1999 a 2004. Exerceu os cargos de Secretário Geral, Secretário da Fazenda e do Gabinete de Orçamento e Planejamento no município de Ijuí/RS entre 1988 e 1990. Foi presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (Corede) de 2011 a 2016, do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (2012-2014). Integrou a diretoria do Fórum dos Coredes do RS e a Comissão Estadual da Consulta Popular (2011-2015). Principais áreas e temas de interesse no ensino, pesquisa e extensão: Administração Pública e Desenvolvimento; Capacidades Estatais Municipais; Governança e Gestão Social do Desenvolvimento; Políticas Públicas e Gestão do Território; Dimensões e Escalas do Desenvolvimento; Estado, Democracia, Políticas Públicas; Cidadania Deliberativa; Esfera Pública; Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Participação da Sociedade Civil na Gestão Pública; Transparência, Accountability e Controle Social de Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional; Planejamento Urbano e Regional; Planejamento e Orçamento Participativos; Cidades (Inter)Médias; Cidades Inteligentes; Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais; Métodos Qualitativos Aplicados.

Para o professor Sérgio Allebrandt, “[...] Acho que é importante ter presente que desenvolvimento é processo, é construção. Por isso, o conceito de desenvolvimento tem evoluído durante os anos, incorporando experiências, ora

positivas, ora negativas, refletindo opções políticas e avanços decorrentes de estudos e pesquisas.”

A seguir, a entrevista completa.

1. O professor poderia nos apresentar aspectos que considera relevantes de sua trajetória acadêmica?

Penso que é importante situar alguns elementos bastante longínquos desta trajetória. Eu nasci no hoje município de Marques de Souza, então 5. Distrito de Lajeado, no Vale do Taquari, distante cerca de 100 km de Porto Alegre. Meus pais eram filhos de pequenos agricultores, de famílias numerosas, de origem alemã, nas quais a terra dos pais (módulos de 20 a 30 ha) ficavam ou para o filho mais velho, ou para o filho mais novo. Meu pai e um dos irmãos se aventuraram no pequeno comércio, aliado com o transporte de cargas. Assim, vivi, com seis irmãos e irmãs, a infância e adolescência na cidade de Lajeado. A formação dos filhos era fundamental para os pais e nós todos estudamos no Colégio Evangélico Alberto Torres, da rede de escolas Sinodal, vinculadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). Eu tinha 10 anos quando meu pai retornando de uma das viagens a Porto Alegre, trouxe um aparelho de rádio (daqueles com funcionamento a válvulas) e a primeira coisa que ouvi foram os discursos do Brizola no Movimento da Legalidade pela posse do presidente João Goulart. Depois veio o golpe de 1964 e as conversas nos grupos de alunos do Colégio giravam em torno dos grupos dos onze que Brizola buscou organizar entre novembro de 1963 e março de 1964, com o propósito de mobilizar a população para defesa do governo e de um programa nacionalista, que defendia o controle da remessa de lucros para o exterior, a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos e as Reformas de Base, entre elas a reforma agrária. Claro, nós éramos adolescentes de 12 a 15 anos, e achávamos que seria interessante estarmos preparados, assim como alguns dos pais que constituíam estes grupos, que de acordo com alguns historiadores chegaram a 24 mil ou mais grupos formalizados no país. E é claro também que estes grupos não eram armados e não chegaram a ser acionados, até porque Goulart fez a opção de não resistência para evitar derramamento de sangue. Mas a vivência daqueles jovens no interior daquele contexto foram fundamentais até como forma de resistência à dominação ideológica no período da ditadura. No meu caso, por exemplo, fui prestar serviço militar em 1970, um dos períodos mais duros depois

do AI-5 de dezembro de 1968, e aquelas vivências anteriores funcionaram como uma espécie de vacina contra a doutrinação a que os jovens que prestavam serviço militar estavam submetidos.

Findo os estudos do então segundo grau, era hora de pensar na formação superior. Sendo de Lajeado, seria natural buscar a formação em Porto Alegre, no entanto, meus pais, com sete filhos, não tinham condições de custear a manutenção em Porto Alegre, ainda que fosse na UFRGS. Eu trabalhava num escritório de contabilidade, e ouvíamos falar da Faculdade de Filosofia de Ijuí, a FAFI, que ofertava cursos de licenciatura em regimes concentrados. Feito o vestibular para Licenciatura em Ciências, iniciei o curso, mas logo a empresa em que trabalhava dificultou as licenças trimestrais de uma a duas semanas em que se desenvolviam as aulas. Foi aí que tomei a decisão de me mudar para Ijuí e passar para o regime presencial integral. Logo passei a atuar de forma ativa no movimento estudantil, fui presidente do Diretório Acadêmico Jackson e Figueiredo, organizamos o Foto-Cine-Clube Roquette Pinto. Passei a trabalhar na FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), a mantenedora da então FAFI e Facacei (Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí) e hoje Unijuí. Muito importante foi a atuação como bolsista voluntário em projetos de pesquisa e extensão nesta época. Durante três anos em boa parte dos sábados e domingos participava de atividades nos municípios da região, por exemplo, Planos Diretores, Cadastros Imobiliários, realização de entrevistas com agricultores etc. Estas atividades estavam vinculadas ao Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPP) ou ao Instituto de Educação Permanente (IEP), que continuavam a tradição do antigo Movimento Comunitário de Base (MCB) que desenvolveu muitas ações na região no período de 1961 e 1971, apesar das dificuldades para tais atividades a partir de 1964.

Entre 1975 e 1979 fui professor do Colégio Comercial Soares de Barros, uma escola vinculada à CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), que passava por uma situação financeira muito difícil, e juntamente com um grupo de estudantes em fase final de formação ou já formados da Unijuí, assumimos o compromisso de trabalhar sem remuneração por um período de dois anos, uma experiência significativa. Lecionei inicialmente química, e logo na sequência disciplinas da área de contabilidade e análise de balanço. Em 1977 concluí o curso de Licenciatura em

Ciências – habilitação química e biologia, mas já desde 1976 estava cursando também Ciências Contábeis, concluído em 1979. A partir de 1978, concluída um Curso Superior, já fui guindado a assumir disciplinas no Curso de Licenciatura em Práticas de Técnicas Comerciais e logo na sequência no Curso de Ciências Contábeis e Administração.

Entre 1972 e 1978 atuei em diversos setores administrativos na Fidene: em 1972 como técnico no Museu Antropológico Diretor Pestana (arquivo histórico de jornais), em 1973 na Biblioteca Central (fichamento de artigos de periódicos), entre 1974 e 1978 como chefe do Setor de Pessoal e do Setor de Contabilidade e Tesouraria.

Na gestão 78/81 ocupei o cargo de Diretor Executivo da Fidene e Diretor Administrativo das então Faculdades e Centros, no processo já de criação dos Centros Integrados de Ensino Superior que culminariam no reconhecimento da Universidade de Ijuí, em 1985.

Concluído o mandato em 1981, passei a atuar mais intensamente na academia, assumindo a Chefia do Departamento de Ciências Contábeis Econômicas e Jurídicas entre 1982 e 1984, membro de Conselhos superiores da Universidade e da Mantenedora.

A Fidene/Unijuí sempre desenvolveu atividades voltadas para o debate em torno da promoção do desenvolvimento regional. Para mencionar alguns: o Movimento Comunitário de Base dos anos 1960, as atividades do Instituto de Educação Permanente nos anos 1970, o Movimento para o Desenvolvimento Regional e o Seminário de Desenvolvimento Regional, desenvolvidos durante a década de 1980.

Com a redemocratização e a Constituinte, o país vive um período importante em que a sociedade civil teve um papel ativo na construção da Constituição Cidadã de 1988. Na sequência as constituintes estaduais e a elaboração das leis orgânicas municipais.

No final de 1985 recebi um convite para assumir a Secretaria Geral na Administração Municipal e Ijuí, mas como eu tinha realizado seleção ao mestrado em Administração na UFSC, optei por realizar os estudos da Pós-graduação, na Área de Concentração de Planejamento Governamental. Concluídos os créditos, houve novo convite e acabei aceitando o desafio. Foi uma experiência importante, que permitiu a vivência prática na condição de agente público com a dinâmica social e as relações de poder existentes no tecido social local e regional. Solicitei

exoneração no final do segundo ano, retornando à universidade e tentando concluir a dissertação. Ocorre que foi bem no período de eleições na Unijuí, e acabei integrando a chapa da reitoria, o que inviabilizou de vez a conclusão do mestrado. Fiquei três mandatos (entre 1990 e 1998) na vice-reitoria de administração e na direção executiva da Fundação Mantenedora. Nesta condição tive a oportunidade de acompanhar e, em alguma medida, participar do processo de construção dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

Terminado o mandato na reitoria, em 1999 e 2000 cursei mestrado em Administração, numa turma descentralizada da Ebape/FGV em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), em Bento Gonçalves. A dissertação abordou a participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas, com foco na atuação dos conselhos gestores de políticas públicas. Ijuí já possuía uma prática de conselhos municipais desde os anos 1950, e eu recuperei a análise desta prática conselhistas, ainda que o recorte temporal mais específico se situasse entre 1990 e 2000.

Paralelamente, assumi entre 1999 e 2004 a direção do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Regional (IPD), mantida da Fidene que desenvolvia projetos e serviços com os municípios da região, constituía-se em estrutura administrativa e de apoio ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Corede Noroeste Colonial, de outros Coredes e mesmo do Forum dos Coredes do RS. Aí, mais uma vez, tive oportunidade de desenvolver diversas atividades voltadas ao processo de entendimento do desenvolvimento local e regional, vivenciar as problemáticas do desenvolvimento nas regiões, as desigualdades sociais, intrarregionais e regionais. Foi o período do Orçamento Participativo Estadual, depois do Processo de Participação Popular e da Consulta Popular, dos programas voltados aos Sistemas Locais de Produção, das Redes de Cooperação, Extensão Empresarial, Arranjos Produtivos Locais.

As relações com as administrações municipais foram fortalecendo a necessidade de se propor um curso superior na área de Gestão Pública. Assim, aprovado em 2002, em 2003 inicia-se a oferta presencial do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública Municipal, que coordenei entre 2003 e 2007. A partir de 2008 este curso passou a ser ofertado na modalidade EAD, que viabilizou a formação de muitos servidores e gestores em vários estados brasileiros. Este curso, focado na gestão de

políticas públicas, tinha o planejamento participativo do desenvolvimento local e regional como eixo central.

Também entre 2000 e 2001, um grupo de professores da Unijuí elabora uma proposta de criação de mestrado, reunindo docentes da área de administração, economia e contábeis, direito e agronomia. A proposta criou o Curso de Mestrado em Gestão, Cidadania e Desenvolvimento, vinculado à Área Interdisciplinar da Capes, com três áreas de concentração: Desenvolvimento, Gestão e Organizações; Direito, Cidadania e Desenvolvimento; e Políticas e Projetos de Desenvolvimento.

Em 2005 houve a primeira reestruturação, com a mudança do nome para Mestrado em Desenvolvimento e a definição de apenas uma área de concentração (Gestão e Políticas de Desenvolvimento) e três Linhas de Pesquisa: Direito, Cidadania e Desenvolvimento; Gestão de Organizações e Desenvolvimento; e Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável.

Em 2009, nova reestruturação, agora já pensada com vistas ao desmembramento para um novo mestrado na área do direito. Por isso, volta-se a duas áreas de concentração e cinco Linhas de Pesquisa:

a) Direitos Humanos e Desenvolvimento, com duas linhas de pesquisa: Direitos Humanos, Relações Internacionais e Desenvolvimento; e Estado, Direitos Humanos e Desenvolvimento;

b) Gestão de Organizações e Desenvolvimento, com três linhas de pesquisa: Administração Pública e Gestão Social; Desenvolvimento Local e Gestão do Agronegócio; e Gestão Empresarial.

Eu já tinha uma relação próxima com o Programa desde 2004, atuando como coorientador em alguns casos e como líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), criado em 2002. Em 2005 ingressei no Doutorado em Desenvolvimento Regional da Unisc, concluído com a defesa da Tese em 2010. A partir daí passei a docente do quadro permanente do Programa.

Em 2012 a área de concentração de Direitos Humanos e Desenvolvimento e respectivas linhas dão início ao Mestrado em Direitos Humanos, enquanto a área de Gestão de Organizações e Desenvolvimento com suas três linhas passa a constituir o Mestrado em Desenvolvimento, ainda na Área Interdisciplinas da Capes.

A partir daí há um movimento no sentido de mudança de área, só se conseguindo um consenso pela Área de Planejamento Urbano e Regional (PLURD) em 2014, já que havia um grupo significativo de professores que defendia a mudança para a Área de Administração. A solicitação da mudança de área se deu paralelamente ao APCN do Doutorado, encaminhado ainda para a Área Interdisciplinar. Concluída a mudança para a Área PLURD, esta nomeia uma Comissão para avaliação in loco do Doutorado, culminando com a aprovação em 2015 e o início do curso em 2016. Portanto, é a partir de 2016 que o Programa passa à denominação de Desenvolvimento Regional, com a oferta de Curso de Mestrado e Doutorado, agora na Área de Planejamento Urbano e Regional.

Em 2019 deixei a coordenação da Linha de Pesquisa de Políticas Públicas e assumi a coordenação do Programa, tendo por meta uma nova reestruturação do Programa, com base em avaliações internas e na avaliação da Capes do quadriênio 2013/2016, visando um maior alinhamento à área PLURD e a obtenção da nota 5 na avaliação 2017/2020. Para isso, alterou-se a área de concentração para Planejamento e Gestão, além de reorganizar as linhas de Pesquisa para apenas duas: a) Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território; b) Gestão de Organizações e Dinâmicas de Mercado. Penso que esta adequação foi fundamental para a obtenção da nota 5 na Avaliação Quadrienal 2017/2020 da Capes, oficialmente publicada neste final de 2022. Além disso, alcançamos outra meta do Programa, a realização de uma turma Minter (mestrado em parceria interinstitucional) no município de Ipatinga-MG, iniciada em 2021. Agora, com a nota 5, credenciados para a realização de turmas Dinter (turma de Doutorado em parceria interinstitucional), estamos em negociações neste sentido que se espera concretizar até 2023.

Por fim, é importante ressaltar que na trajetória sempre esteve presente uma forte atuação na extensão e na atuação voluntária em dinâmicas da sociedade, fundamentais para o processo de desenvolvimento e de fortalecimento da democracia. Esta inserção estava em sintonia com as atividades de pesquisa e extensão vinculadas ao Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), criado em 2002 e do qual sou o líder. Assim, atuei em diversos espaços públicos da sociedade civil:

a) Participei da reorganização e fui membro do Conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí (Codemi), entre 2002 e 2018, sendo seu Coordenador entre 2007 e 2011.

b) Fui membro do Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (Corede-Norc), como vice-presidente entre 2008 e 2012 e presidente entre 2012 e 2016.

c) Integrei o Fórum Estadual dos Coredes-RS, como conselheiro, atuando em comissões técnicas e no Conselho Fiscal entre 2007 e 2016.

d) Entre 2009 e 2013 fui presidente e vice-presidente do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MesoMercosul).

e) Fui membro do Fórum Democrático de Desenvolvimento da Assembleia Legislativa do RS (FDDR), entre 2015 e 2016.

f) Integrei a Comissão Estadual da Consulta Popular entre 2011 e 2015.

g) Fui Delegado estadual da I conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), realizada em março de 2013.

2. Em que momento despertou no professor o interesse pela pesquisa em torno da temática do desenvolvimento?

Como já pontuei na minha trajetória, desde cedo as questões em torno do desenvolvimento estavam presentes. Mas certamente a trajetória que se confunde com a Fidene/Unijuí foi fundamental. Por um lado, pela inserção em atividades de pesquisa e extensão (ainda como estudante da graduação), que permitiam o contato com a realidade diversa de diferentes regiões e territórios. Por outro lado, as leituras e discussões nas disciplinas da graduação reforçavam o tema. Algumas leituras de Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Paulo Freire, nas disciplinas do então Ciclo Básico, foram importantes. Outra obra que para mim foi importante é o livro de Alberto Guerreiro Ramos de 1966, intitulado “Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração”, título alterado para “Administração e Contexto Brasileiro” na 2ª edição de 1983. Da mesma forma, Max Weber (Burocracia, racionalidade) e Karl Mannheim (Planejamento), sempre numa perspectiva mais sociológica. “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano é outra referência.

Em 1986 e 1987, durante a pós-graduação na UFSC em Administração, área de concentração Planejamento Governamental, tomei contato com outras obras de Guerreiro Ramos: “Redução Sociológica” e “A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações”. Alguns professores do Programa da UFSC foram alunos de Guerreiro Ramos na Universidade da Califórnia do Sul. Aliás, Guerreiro Ramos seria professor visitante na UFSC, mas faleceu em 1982, antes de retornar ao Brasil. Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta são outros autores do pensamento crítico na área da Administração e Ciências Sociais Aplicadas.

Como já mencionei ao abordar minha trajetória, tive uma curta experiência na gestão pública do município de Ijuí (1988/1989) e logo na sequência mais nove anos na gestão superior da Unijuí e da Fidene. Foi um longo período de 11 anos em que o debate sobre desenvolvimento se deu na prática, seja no planejamento e gestão participativa de territórios, seja no processo de regionalização da Universidade, com a implantação de campus em Santa Rosa, Panambi e Três Passos, e a consolidação do Programa Regional de Ciência e Tecnologia, da implantação do Instituto Regional de Desenvolvimento Rural e do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Na atuação como professor dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, a discussão do desenvolvimento também estava muito presente. Neste período, por exemplo, veio a público o livro de Gerald Caiden e Geraldo Caravantes, que tinha por título “Reconsideração do conceito de desenvolvimento”, uma coletânea de quase 700 páginas com textos de autores norte-americanos (p. ex. Fred Riggs), latino-americanos (Oscar Ozlak), além de brasileiros (Celso Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Beatriz Wahrlich e Enrique Saravia etc.). Além de abordar o significado de desenvolvimento numa perspectiva histórica, esta obra abordava a perspectiva da questão ecológica e ética do desenvolvimento, estratégias para o desenvolvimento, a administração do/para o desenvolvimento, a questão do planejamento e financiamento do desenvolvimento.

3. Em que ano o professor ingressou na área Planejamento Urbano, Regional e Demografia? E quais as características desta área naquele momento?

Eu tomei conhecimento da área PLURD a partir de 2005, quando ingressei no Doutorado em Desenvolvimento Regional da Unisc. A interdisciplinaridade presente neste programa e a interação estabelecida nos eventos científicos, em especial no Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional (SIDR) do PPGDR/Unisc, foi muito importante naquele período de formação e ao mesmo tempo apontava uma sinergia muito grande com as atividades de pesquisa, extensão e de inserção social que eu e meus colegas da Unijuí praticávamos.

No que se refere ao Programa de Pós-Graduação da Unijuí, como já abordei acima, teve uma trajetória com uma vinculação por mais de 10 anos à área Interdisciplinar da Capes, apesar de ser, desde 2002, um Programa na área de Desenvolvimento. A decisão de migrar de área ocorreu ainda em 2012, após o desmembramento da área de Direitos Humanos. No entanto, o calendário da Capes já encerrara os prazos de migração em 2012 e o calendário de 2013 não permitiu solicitações de migração em função da avaliação trienal. Assim, só em 2014 foi possível formalizar o pedido de migração para a área PLURD, o que foi autorizado em 2014. Como havíamos encaminhado o APCN do Doutorado, este pedido já foi analisado no âmbito da área PLURD e aprovado em 2015. Por recomendação dos avaliadores, o Programa passou a adotar a denominação **Desenvolvimento Regional** (até então o Programa era denominado apenas de Desenvolvimento).

Portanto, quando passamos a integrar a área PLURD, ela já contava com cerca de 35 Programas na subárea de Planejamento Urbano e Regional além dos 4 Programas da subárea de Demografia. Ainda que formalmente a área PLURD seja constituída de duas subáreas, na prática podemos identificar uma terceira subárea, que reúne os programas de Desenvolvimento Regional, que aliás, já reúnem o maior número de programas da área. Assim, hoje podemos considerar entre 6 a 8 programas mais típicos da área de Planejamento Urbano e Regional, em boa parte localizados nas grandes capitais e voltadas mais para o debate metropolitano e urbano; os 4 programas de Demografia; e entre 32 a 34 programas da subárea do desenvolvimento, sendo 10 de Desenvolvimento Regional, 10 que agregam a Desenvolvimento Regional outra denominação (Agronegócio, Sistemas Produtivos, Políticas Públicas, Planejamento etc.), 8 programas que incorporam o termo

Desenvolvimento Territorial ou similar, e 5 programas com outras denominações (Cidades Inteligentes, Governança Pública etc.).

Assim, quando nosso Programa ingressa na área PLURD, graças ao empenho dos programas de Desenvolvimento Regional mais consolidados, como os da Unisc, da FURB e da Unioeste, a área já adotava uma visão mais plural e interdisciplinar.

No entanto, já participávamos de diversas ações desenvolvidas por programas da área PLURD. Eu participei da criação do Observatório do Desenvolvimento Regional (Observa-DR) em 2012, da criação da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (Redeteg), criada em 2014, em Florianópolis, por um grupo de professores brasileiros, portugueses e espanhóis. Também participamos do Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (Sedres) desde a primeira edição em 2012, e do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional (SIDR) do PPGDR/UNISC, desde a 2ª edição em 2004. Também atuamos juntamente com o Programa da Unisc em projetos de pesquisa interinstitucionais desde 2012.

4. Antes da constituição da área Planejamento Urbano, Regional e Demografia em que áreas do conhecimento se concentravam as pesquisas e debates sobre o desenvolvimento regional?

Eu penso que mesmo após a constituição da área PLURD, o debate e a pesquisa em desenvolvimento regional, da questão regional, continuam presentes em diversas outras áreas, em especial a área da economia e da geografia, mas também da administração, da sociologia, da ciência política e relações internacionais e da área interdisciplinar.

Da mesma forma, antes da existência da área PLURD, o debate acontecia em diferentes áreas.

Portanto, o debate e a pesquisa em torno do desenvolvimento regional no Brasil está presente em diversas áreas do conhecimento, mas pode-se dizer que foi na economia e na geografia que este debate esteve mais presente.

A área PLURD se forma na Capes a partir da existência dos primeiros cursos de Planejamento Urbano, no início da década de 1970, mas é só na década de 1990 e na década de 2000 que há um aumento significativo de cursos com foco maior no desenvolvimento regional.

5. Em sua perspectiva analítica quais as diferenças entre as concepções de desenvolvimento pesquisadas, analisadas e debatidas ao longo do século até fins da década 80 em relação as pesquisas e debates do desenvolvimento regional pós anos 90 do século XX?

Acho que é importante ter presente que desenvolvimento é processo, é construção. Por isso, o conceito de desenvolvimento tem evoluído durante os anos, incorporando experiências, ora positivas, ora negativas, refletindo opções políticas e avanços decorrentes de estudos e pesquisas.

No entanto, de modo geral, pode-se afirmar que até a década de 1980 era hegemônica a concepção de **desenvolvimento** como **crescimento econômico**.

Ou seja, a noção de desenvolvimento era como sinônimo de crescimento econômico, industrialização, uso intensivo de tecnologia, progresso e prosperidade. Era entendido como o único caminho para o aperfeiçoamento da humanidade.

Tinha-se a ideia de que por meio da industrialização e do avanço da ciência todos os países atingiriam o mesmo grau de desenvolvimento já conseguido no início do século 20 por Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Japão, Canadá, entre outros. Fundamentalmente, a ideia de desenvolvimento como crescimento, medido basicamente pelo Produto Interno Bruto (PIB), indicador criado por Kuznets na década de 1930.

Mais que isso, pelo menos até os anos 40, desenvolvimento era sinônimo de ocidentalização, e os países ocidentais não tinham muito escrúpulo quanto à maneira segundo a qual convertiam o resto do mundo.

A revolução russa de 1917 e a planificação centralizada da economia soviética, por um lado, e a submissão da Alemanha à Inglaterra após o final da 1ª Guerra e a crise de 1929 com a quebra da Bolsa de Valores e a hiperinflação por outro, foram motivos para a implantação de medidas keynesianas de maior intervenção do Estado no processo de desenvolvimento.

No caso brasileiro, imperava até o início do século XX o modelo agrário-exportador. No período até 1929 o Brasil se organizava no Estado regulador-liberal. Com a revolução de 1930 instaurou-se um Estado de caráter mais intervencionista, indutor do processo de industrialização e modernização do país, com centralização política, econômica e administrativa e uma orientação nacionalista. Neste período ocorreu a constituição de um Estado burocrático em substituição ao modelo patrimonialista,

com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a criação do Ministério da Educação e Saúde Públicas, por exemplo. A Revolução de 1930 rompeu com aquele modelo e permitiu a implantação de um modelo pactuado com a incipiente burguesia industrial e com nascentes camadas médias urbanas. De certa forma viabilizou a integração das diversidades regionais em torno de um projeto de nação, exigindo o rompimento, ainda que relativo, do poder das oligarquias regionais e a superação dos regionalismos.

Celso Furtado dizia que a Revolução de 1930 produziu alguma articulação entre as distintas regiões do país, em um sistema com um mínimo de integração, no qual o mercado interno assumiu um papel importante, como fator determinante do nível de renda, apesar de as disparidades regionais de renda aumentarem significativamente e a industrialização ter ampliado as desigualdades regionais.

Com o fim da ditadura varguista o Brasil experimenta um período democrático no curto período de 1946 a 1964 (para muitos o primeiro período democrático brasileiro).

No pós-Segunda Guerra Mundial o termo desenvolvimento passou a ser utilizado para designar um processo de transformação social baseado em industrialização e renda. O Plano Marshall de reconstrução da Europa foi grande impulsionador desse processo. Nesse período foram importantes as contribuições de Keynes, Myrdall (causação circular cumulativa), Rostow (etapas do desenvolvimento) e Schumpeter (destruição criadora, inovação).

Na América Latina, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948, vai permitir a construção de uma visão sobre o desenvolvimento nacional centro-periferia, baseada na industrialização e urbanização, na substituição de importações.

Celso Furtado tem a contribuição importante na construção teórica da Cepal e foi o principal disseminador destas ideias no Brasil. Além de sua trajetória como servidor do DASP entre 1943 e 1948, como diretor da Cepal a serviço do Brasil entre 1949 e 1957, e como gestor público entre 1958 e 1964 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), ligado à Presidência da República, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministro de Planejamento no Governo João Goulart).

A partir do final dos anos 60 e nos anos 70 surgem debates em torno da questão do meio ambiente. As crises de petróleo dos anos 70, o relatório do Clube de Roma (Limites do Crescimento), a explosão demográfica, o aumento exponencial da degradação ambiental e da poluição, chamam para questões relevantes para a sustentabilidade no planeta: o controle do crescimento populacional, a insuficiência da produção de alimentos, o controle do crescimento industrial e o esgotamento dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan, inicia o processo de liberalização econômica e principalmente uma revisão do papel do Estado na economia. É o ideário neoliberal, de Estado mínimo, privatizações etc.

No Brasil o ideário neoliberal vem uma década depois, já com a incorporação do receituário do Consenso de Washington.

É também importante ressaltar a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, as décadas de desenvolvimento das Nações Unidas – cúpulas sociais mundiais dos anos 90 (meio ambiente - Rio 92; Rio + 10; Rio + 20; debate sobre os direitos humanos, a educação, o desenvolvimento social, as questões de gênero etc. Nos anos 2000, a Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do milênio (ODM) e em 2015 a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Também em 1990 foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Mahbud ul Haq em colaboração com Amartya Sen. O IDH se constituiu numa tentativa de medir por um único índice sintético o grau de desenvolvimento econômico-social dos países, incorporando indicadores de educação e saúde, para além da medida clássica do PIB.

No Brasil, a perspectiva de uma democracia mais participativa, com a Constituição Federal de 1988, não se realizou plenamente. A democratização que culminou com a Constituição Cidadã se deu num período em que em boa parte do mundo a receita neoliberal já estava em pleno curso há uma década.

Junta-se a isso o Consenso de Washington de 1992, a reforma administrativa no governo Fernando Henrique, implementada pelo ministro Bresser Pereira, a descentralização (no sentido federativo – no sentido do mercado – no sentido do terceiro setor), enfim, a privatização, desregulamentação e a diminuição do Estado.

Na questão regional, apesar do Programa dos Eixos Estratégicos, talvez o mais importante tenha sido a criação do Ministério da Integração e a criação das Mesorregiões Diferenciadas.

6. Como você caracterizaria a ciência do desenvolvimento regional produzida na atualidade?

Do ponto de vista da produção do conhecimento na Academia, diversas contribuições vêm enriquecendo o debate em torno da área do desenvolvimento regional, ainda que estejamos longe de ser reconhecido como uma ciência normal, como um paradigma. Talvez possamos falar de um campo ou área em construção, neste sentido. De qualquer forma, o aprofundamento de estudos em torno do desenvolvimento territorial enquanto um fenômeno multidimensional e multiescalar permite avançar na explicação dos processos de desenvolvimento.

Se nos voltarmos à práxis, talvez estejamos vivendo um momento histórico de retrocessos nos processos de planejamento e desenvolvimento regional, dado o desmonte de políticas públicas nos últimos anos.

Por mais que se tenha dito que o neoliberalismo estaria perdendo sua hegemonia a partir dos anos 2000, com os sinais de crise a partir de 2004/5 e a crise dos subprime (Bolha imobiliária nos USA) em 2008, pelo menos no Brasil, aconteceu o contrário. A partir dos movimentos de 2013 e culminando com o golpe de 2015/2016 – o Brasil entra definitivamente no receituário neoliberal e do Consenso de Washington. Provavelmente seja o país onde mais profundamente isto vem sendo implementado nestes últimos 8 anos: reformas trabalhistas, da previdência, teto de gastos, banco central independente, ajuste fiscal e cortes nas políticas sociais de base (educação, ciência e tecnologia, pesquisa, saúde), enfim, retornamos ao mapa da fome.

Agora, os 12 anos de governos do PT, mantiveram quase integralmente na maior parte do tempo a política macroeconômica implantada nos anos 90 (três pilares do tripé macroeconômico: câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal). Ainda que tenha havido avanço nas políticas de inclusão social, na diminuição da desigualdade, na tentativa de implementar alguma política industrial, não se avançou no projeto de Estado, de nação, que exigiria reformas estruturais mais amplas.

Depois do golpe de 2015/2016, programas como o Promeso, Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, foram todos extintos. A PNDR, apesar da realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento, não se traduziu em efetividade. Foi fácil realizar o desmonte posterior.

7. Em sua perspectiva quais os principais desafios para a ciência do desenvolvimento regional na atualidade?

Talvez o principal desafio hoje seja a área estabelecer um consenso mínimo em torno de uma agenda de pesquisa em desenvolvimento regional.

Esta agenda de pesquisa poderia se organizar em torno de alguns aspectos:

No que tange a **pesquisa teórica**: preocupação com a (re) construção de teorias e quadros de referência, com as condições explicativas da realidade. O conhecimento teórico requer rigor conceitual, capacidade explicativa, desenvoltura argumentativa, a capacidade de manejar habilmente a linguagem da ciência. Esta pesquisa é que pode avançar no sentido de ir construindo uma “ciência do desenvolvimento regional”.

No que tange à **pesquisa metodológica**, a (re) construção de instrumentos e paradigmas científicos, pesquisas que discutam as questões ontológicas e epistemológicas, além das questões metodológicas. Trata-se de discutir e aprofundar os pressupostos filosóficos que orientam as nossas pesquisas em desenvolvimento regional, como conhecer a realidade, qual a postura adotada etc.

No que tange à **pesquisa teórico-empírica**, a preocupação em compreender e explicar a realidade concreta à luz do conhecimento teórico e para a reconstrução do conhecimento teórico – mas isso do ponto de vista do desenvolvimento regional – nossos programas de desenvolvimento regional precisam desenvolver suas pesquisas – dissertações – teses – não pela leitura disciplinar da formação básica dos alunos e mesmo docentes – o desafio é produzir as teses e dissertações na visão do desenvolvimento regional. Isso não é fácil, mas precisamos avançar mais nisso.

No que tange à **pesquisa prática**, destinada a intervir diretamente na realidade, a pesquisa-ação e pesquisa participante. Este tipo de pesquisa possui uma relação importante com a função da extensão, da inserção dos programas/pesquisadores no tecido social em que atuam.

É claro que é preciso considerar que todos estes tipos/gêneros de pesquisa contém, em alguma medida, as dimensões teórica, metodológica, empírica e prática, o que varia é a dose.

Como fazer isso? É fundamental que se avance na **pesquisa em rede**, em especial entre os programas da área de desenvolvimento regional, mas também com programas de outras áreas e com programas de outros países, em especial os latino-americanos.

Alguns temas que penso sejam importantes constarem desta agenda:

- a) A problemática em torno das cidades/municípios médios ou (inter)médios ou de comando regional;
- b) A problemática da ruralidade/urbanidade, o papel dos médios e pequenos municípios nos processos e dinâmicas de desenvolvimento em regiões periféricas;
- c) A temática em torno de cidades/territórios inteligentes e criativos;
- d) Políticas públicas em regiões periféricas, fronteiriças e transfronteiriças;
- e) Políticas sociais de base e políticas inclusivas;
- f) Fluxos migratórios e suas repercussões no processo de desenvolvimento das regiões;
- g) Novos arranjos institucionais para o desenvolvimento regional;
- h) Processos de inovação e competitividade dos arranjos produtivos;
- i) Gestão social e controle social do desenvolvimento territorial e regional;

8. Quais autores ou pensadores são suporte teórico (das diversas áreas) para sua construção do pensamento na área do Desenvolvimento Regional?

No suporte teórico mais amplo e geral, sem dúvida Karl Marx, Max Weber e Karl Polanyi (A Grande Transformação, 1944).

Trabalho também ancorado na contribuição da Teoria Social de Jürgen Habermas: pela construção teórica em torno da esfera pública, democracia deliberativa e cidadania deliberativa, teoria da ação comunicativa, mundo da vida e sistema. Outros autores neste diálogo: Carole Pateman, Seyla Banhabib, James Bohman, Leonardo Avritzer, Ligia Lüchmann, Pedro Demo, Genauto França Filho, Fernando Guilherme Tenório (Gestão Social e Controle Social do Desenvolvimento Territorial). É preciso mencionar também pensadores brasileiros do período do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 (governo JK), vinculado ao Ministério

da Educação e Cultura, que estabeleceu importante debate em torno do desenvolvimentismo. Foi extinto após o golpe de 1964 e alguns de seus integrantes foram exilados do país. Alguns teóricos com grandes contribuições para o pensamento brasileiro e para o debate do desenvolvimento: Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme dos Santos, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto.

Ainda no pensamento brasileiro ou intérpretes do Brasil: Manoel Bonfim, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Celso Furtado e Milton Santos.

Outras referências importantes: David Harvey (discussões sobre a questão urbana, a financeirização da economia etc.), Thomas Piketty (Ideologia e desigualdades), Carlos Matus (planejamento estratégico situacional), Sérgio Boisier (planejamento e desarrollo local – regional – territorial), Wilson Cano (a questão regional e urbana no Brasil, a desindustrialização), Ermínia Maricato (política urbana, crise urbana), Eric Hobsbawm (Era dos Extremos - o breve século XX), Jesse Souza (questão da desigualdade, organização das elites e classes médias), Tania Bacelar (planejamento e desenvolvimento regional), Carlos Brandão (debate das múltiplas escalas, o papel da escala nacional, os embates em torno dos discursos do localismo), Víctor Ramiro Fernández (escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades), Clélio Campolina Diniz (economia e território), Michael Hudson (destinos da civilização), Ignacy Sachs (dimensões do desenvolvimento sustentável), Alberto Acosta (buen vivir), Aníbla Quijano (colonialidade).

Também é preciso registrar que muitos professores/pesquisadores que atuam nos Programas de Desenvolvimento Regional vinculados à área PLURD tem trazido importantes contribuições teóricas para o avanço do conhecimento da área.

9. Percebe a existência de embates teóricos na área do Desenvolvimento Regional? Em quais temas?

Certamente existem embates teóricos, resultantes, em parte, da própria característica interdisciplinar da área, da formação dos docentes que compõem os programas, da definição e opção pelas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas.

Mas mesmo dentro de uma mesma linha de pesquisa podem surgir vertentes teóricas que eventualmente entrem em conflito. Claro, isso não é necessariamente ruim, a pluralidade teórica é necessária e o seu lugar por excelência deve ser a academia.

Penso que um dos embates gira em torno dos modelos de sociedade e de desenvolvimento adotados, entre a visão desenvolvimentista e a visão neoliberal.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade se manifesta em muitas dimensões: social, econômica, cultural, territorial. Mas não há um consenso sobre como diminuir estas desigualdades.

10. Considera uma rede internacional de debate na área do Desenvolvimento Regional? Quais autores e países estão envolvidos nessa dinâmica?

Certamente a organização de redes internacionais para o debate na área do desenvolvimento regional são importantes.

Existe a Regional Science Association International (RSAI) que se organiza em quatro agrupamentos suprarregionais: a European Regional Science Association (ERSA), a North American Regional Science Council (NARSC), a Pacific Regional Science Conference Organization (PRSCO) e a Latin American Regional Science Association (LARSA). Existem cerca de 50 seções nacionais da RSAI. No Brasil tem a Associação Brasileira de Estudos Regionais (ABER), que se define como uma “associação multidisciplinar de pesquisadores acadêmicos e demais interessados em estudos dos fenômenos sociais em suas manifestações no território, objetivando contribuir para o avanço das pesquisas sobre os fenômenos regionais”. A ABER realizou EM 2022 o XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (Enaber). Pelo que tenho conhecimento, há pouca ou nenhuma participação dos programas de Desenvolvimento Regional nestas associações. Na ABER, por exemplo, há uma presença majoritária da área da economia, da economia regional. Eu e um orientando meu participamos há muitos anos, em 2012, do Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), que integra esta rede da RSAI, onde apresentamos três trabalhos. Na época até discutimos em nos associarmos à seção brasileira, mas acabou não sendo concretizado.

Tem também a Regional Studies Association, uma rede internacional que se organiza em seções, divisões e embaixadores territoriais para a realização e divulgação de estudos regionais a nível local, regional e/ou nacional. Conta com uma divisão latino-americana e possui embaixador brasileiro, me parece vinculado à Cedeplar.

Outra é a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII), que reúne cerca de 1000 investigadores de uma centena de instituições de mais de vinte países. Em 2022 a RII realizou seu XVII Seminário Internacional no México. Esta rede possui uma colaboração estreita com a Red Iberoamericana de Posgrados sobre Políticas y Estudios Territoriales (RIPPET), que realizou em setembro o XIII Encuentro de Posgrados Iberoamericanos sobre Desarrollo y Políticas Territoriales. Em 2020 o evento foi sediado pela FURB, e nós participamos com alguns trabalhos, mas também não integramos estas redes formalmente.

Penso que mais importante é a criação de parcerias entre programas, para realização de pesquisas em rede.

Neste sentido, tem a Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (Redeteg), que já mencionei em outra questão, da qual participamos na criação. É uma rede que tem potencial para os programas da área, especialmente com a ampliação de participantes da América Latina. Penso que a Redeteg deveria se reestruturar para a participação formal do Programas, uma vez que hoje ela se constitui de pesquisadores. A adesão dos programas facilitaria o funcionamento da rede. De qualquer forma, a Redeteg avançou recentemente com a concretização de um projeto de pesquisa em rede, denominado “Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento sustentável de territórios ou regiões”, que conta com a participação de alguns programas da área de desenvolvimento regional.

Também recentemente participei da criação da Red Latinoamericana de Gestión Social (Relags), integrada por algumas universidades brasileiras (UFCA, Unijuí, UFLA, UFT), do Equador (Escuela Politecnica Nacional del Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, Universidad de Azuay) e da Colômbia (Universidad del Valle). Esta rede se constituiu em torno do “Programa de cooperación en gestión social para el desarrollo territorial”, que estamos desenvolvendo.

Também participamos de uma parceria entre os PPGDRs da Unijuí, da Unisc e da FURB e o Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria, para a realização do que chamamos de Escola de Inverno/Verão. Esta é uma iniciativa interessante, envolvendo docentes e doutorandos destes programas. A primeira edição aconteceu em 2017 na Unisc, a segunda em 2018 na Unijuí e a terceira em 2019 no norte da Itália e em Innsbruck. Cada programa seleciona dois projetos de tese. Estes projetos são apresentados pelos doutorandos durante a Escola, e cada projeto é avaliado por um docente de outro Programa e, após isso, é feito um debate com todos os participantes, visando qualificar os projetos. Infelizmente, com a pandemia, houve uma interrupção destes encontros, e estamos tentando retomar a partir de 2023.

Enfim, penso que deveríamos privilegiar redes de pesquisa com instituições da América Latina e na medida das possibilidades também com a África, tentar avançar mais na relação sul-sul.